



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



Gestão de Projectos Culturais

27 Mai-1 Jun 2006 | Bruxelas

http://www.ciejd.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_lingua=pt&p_sub=1&p_cot_id=1050&p_est_id=3452

Este documento apresenta algumas notas informais registadas em Bruxelas de 27 de Maio a 1 de Junho de 2006, no contexto da iniciativa "Gestão de Projectos culturais"¹ que visou sensibilizar os participantes para as novas possibilidades de desenvolvimento de projectos culturais e artísticos que a União Europeia disponibiliza.

Os textos procuram reproduzir sucintamente parte das opiniões/informações expressas pelos intervenientes nas reuniões².

O objectivo da sua disponibilização na Internet é a partilha de informação no que concerne os temas europeus relevantes para os agentes culturais nacionais.

Porto, 16 de Junho de 2006

¹ Resultou de uma parceria conjunta da Associação Portuguesa de Gestão Cultural, Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Centro Nacional de Cultura e Cultdigest.

² A redacção é da autoria do Centro Jacques Delors não podendo nenhum dos parceiros nem dos intervenientes ser responsabilizado por resumos ambíguos ou omissos.



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



Índice

1. Agência executiva - Unidade da Cultura (EACEA).....	1
2. Conselho da UE - Secretariado Geral	4
3. Apresentação do PE	6
4. Europarlamentares portugueses para a Cultura	7
5. Representação Permanente de Portugal junto da UE (REPER).....	8
6. Direcção Geral Política Regional	10
7. Cultura 2000.....	11
8. European Forum for the Arts and Heritage (EFAH).....	12



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



1. Agência executiva - Unidade da Cultura (EACEA)

Corine Rigeau
Antonios Kosmopoulos, Chefe de unidade
antonios.kosmopoulos@ec.europa.eu
29.05.2006

Apresentação da agência

Agência é nova e poderá ser estendida à área de Investigação.
A Comissão define os convites à apresentação de propostas (a agência colabora). Posteriormente a agência trata das questões legais, da elegibilidade, dos contratos para os projectos eleitos, pagamentos, etc., até ao fim dos contratos e do projecto.

Programas "Cultura"

No que concerne o Cultura 2000, existe um comité de gestão, constituído por peritos, muitas vezes oriundos dos ministérios, com características "polimorfos". O comité aprova a lista e envia-a para o Parlamento Europeu (PE) que pode emitir uma opinião. A Comissão dá a sua aprovação final à lista.

A lista de peritos que era proposta pelos Estados-Membros (EM), vai ser constituída de forma diferente através de uma convite à apresentação de propostas em Julho para qualquer privado poder enviar a sua candidatura.

Que oportunidades para as PME no Cultura 2007, que terá uma vertente transnacional que requer estruturas robustas?

É necessário uma capacidade organizacional muito sólida para cumprir os critérios definidos (impostos) pela Comissão.

O orçamento é muito reduzido para o programa Cultura: 31 milhões de euros para 25 países. Frequentemente os EM têm um orçamento para a cultura muito superior.

O PE é favorável aos pequenos projectos.

Foram recebidas 800 candidaturas. O Cultura paga custos administrativos. O cerne para 2007 é a mobilidade dos actores culturais.

O processo de financiamento

O financiamento chega depois do fim do projecto e por vezes atrasado. Frequentemente o líder do projecto atrasa-se no envio da documentação. Em princípio, o primeiro pagamento é efectuado após a assinatura do contrato.

No que concerne a recente candidatura, a agência definiu a lista em Fevereiro de 2006. Junho é a data prevista para a comunicação escrita dos resultados da processo de selecção aos candidatos. Julho de 2006 será a data provável para a



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



assinatura dos acordos.

Em 1999, os contratos tinham 1 página mas financeiramente eram um catástrofe.

Centros e periferias

Os nórdicos criaram o Conselho Nórdico e desenvolveram uma estratégia de cooperação. Portugal tem como espaço mental de parceria a América Latina e/ou África. Culturalmente, não deveria ser só assim. Outros Factores Críticos de Sucesso (FCS) para Portugal: catolicismo; tradição judaico-cristã; tradição na literatura e na arte. A partir do próximo ano, vai ser promovida a mobilidade para além da mobilidade transfronteiriça.

Cultura versus atracção: transdisciplinariedade?

Cultura é sobre tanto que não cobre nada. A Agência não valoriza que o turismo seja financiado no âmbito da Cultura (é um programa pequeno). Onde cabem os projectos transdisciplinares? Do ponto de vista do financiamento, tem de existir um *corebusiness*.

O problema da indefinição do conceito "Cultura". Funciona o pragmatismo e bom senso.

No Cultura 2007 foi definido que a dimensão artística dos projectos tem relevância.

- O tema digital? Ex.: *exhibition centre* em linha?
Funciona, pode ser financiado. Os nórdicos são peritos neste tipo de candidaturas.

Sobre a etiqueta "interesse cultural"

Marca de qualidade. No fundo, grande parte dos projectos é rejeitada porque não há dinheiro e não por falta de qualidade. Houve uma experiência com o *Eureka*, mas falhou porque se banalizou. Todos os projectos eram "premiados". Uma ideia para o Cultura seria a) marca de qualidade b) 10 000 euros.

Problema do tempo

Ideia de tornar os projectos bianuais. Operadores necessitam de tempo e estabilidade. Vai ser uma proposta para 2008. Há já 10 anos de experiência desde o Caleidoscópio.

Cooperação com países 3ºs

Considerar a questão da inovação e experimentalismo. Atenção para Portugal às parcerias com o Brasil. Normalmente, outros países fazem-no melhor e essa área não é financiada.



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



Helpdesk?

Consultar o sítio Internet ...

Não existe email específico para serviços de referência.



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



2. Conselho da UE - Secretariado Geral

Amadeu Lopes, Director do serviço jurídico do Conselho

29.05.2006

Política Cultural no âmbito da UE

A União Europeia (UE) evoluiu desde as Comunidades à União Política. No entanto, do ponto de vista cultural, em termos do poderes, quase não houve evolução desde as Comunidades.

O poder da UE na Cultura é limitado (art. 151º): contribuição para as culturas nacionais e incentivo. O procedimento de adopção das acções culturais proposto pela Comissão e baseado no artigo é o da co-decisão (acordo do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros) ao longo do qual o Conselho de Ministros delibera por unanimidade.

O Tratado de Amesterdão introduziu a cooperação com o PE. As políticas culturais são fundamentalmente de Estado.

Papel das instituições na cultura

- Comissão - Propõe com base nos artigos do Tratado e consulta os seus serviços jurídicos.
- Conselho e Parlamento - Analisam a base jurídica e adoptam (são câmaras legislativas) por co-decisão. Informação é enviada simultaneamente para as duas instituições.
- Orçamento UE = 1% dos orçamento dos EM.
- Art. 95º - maioria qualificada entre Conselho e PE. Ex.: audiovisual que é económico.

Noção de *mainstreaming* para a área da Cultura no contexto de todas as políticas da UE.

Na Cultura, as autoridades nacionais cumprem as directrizes definidas pela Comissão no âmbito dos respectivos programas operacionais.

Modus operandis do Conselho

Constituído por representantes dos EM, normalmente diplomatas dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros (MNE).

REPER e CO-REPER (Representações nacionais). Integra grupos de trabalho, um deles da Cultura e os Conselheiros culturais da REPER.

No Conselho da UE não há lobbies. É uma instituição diplomática unicamente alicerçada na influência dos EM.



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



Cultura e mercado

- Base: art. 95º.
- Inclui o audiovisual. Cf Directiva sobre os bens culturais.
- Direitos de autor na Internet - Cf recomendação da Comissão. As recomendações não são vinculativas.

Presidências do Conselho

As presidências são semestrais, em regime rotativo:

- 2006 - Áustria e Finlândia
- 2º semestre 2007 - Portugal



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



3. Apresentação do PE

30.05.2006

Características do PE³

- Instituição mais irreverente e caótica.
- Da designação pelos Estados-Membros até primeira eleição por sufrágio universal directo, em 1979.
- O Tratado de Maastricht introduz a co-decisão em 30 domínios para o PE.
- O PE não decide em áreas como as perspectivas financeiras e a Política Externa e Segurança Comum.

O jogo democrático

- 20 Comissão especializadas + 2 subcomissões (direitos humanos e defesa e segurança).
- Em função da actualidade política, introduzem-se novos tópicos na agenda das sessões plenárias.
- As perguntas parlamentares dos deputados à Comissão e ao Conselho.
- Reflexão sobre o déficite democrático ao nível do n.º de votos no PE.
- 13 000 lobbistas acreditados no PE. Portugal é 1 dos países com menos grupos de lobbies no PE
- Moção de censura - necessário aprovação de 2/3 do PE.

Casos – 1) Papel do PE na directiva dos dados pessoais.⁴ **2)** Escolha do Comissário JAI pela Comissão Barroso. PE afirmou as suas reservas e ameaçou chumbar a nova Comissão. No dia da votação Barroso solicitou a Berlusconi a proposta de outro elemento.

Deputados

- Integram famílias europeias e defendem os interesses nacionais. Há 24 portugueses⁵.

³ <http://www.europarl.europa.eu/parliament/public/staticDisplay.do?language=PT&id=47>

⁴ <http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=2&procnum=COD/2000/0189>

⁵ <http://www.europarl.europa.eu/members/expert.do?language=PT>



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



4. Europarlamentares portugueses para a Cultura

Vasco Graça Moura e Miguel Portas

30.05.2006

- O papel do Parlamento Europeu no REACH⁶ (regulatory framework for the Registration, Evaluation and Authorisation of Chemicals)
- A maioria das vezes (em questões técnicas de outros sectores) os deputados europeus não dominam os temas votados. Solicitam indicações aos países nesse sentido. Funciona o princípio da confiança nas Comissões Parlamentares.
- Os relatórios dos deputados são sujeitos a emendas por parte do secretariado de outros parlamentares. Os eurodeputados também negociam cedências mútuas.
- Os eurodeputados podem ter alguma influência junto da Comissão, mas a título informal (VGM)
- As presidências do Conselho Europeu podem ser usadas para dar maior projecção a projectos nacionais (VGM)
- Os relatórios têm um relator sombra (MP)
- Os 2 grandes grupos políticos é que decidem os tópicos a debater
- 1º - ideia geral; 8 a 15 dias relatório; depois sujeito a emendas
- Europa Nostra⁷ é o exemplo de uma organização que representa instituições e apresenta a sua posição nalgumas matérias.
- Papel do local ou regional na dinamização da cultura nacional à falta de uma entidade nacional agregadora.

⁶ http://ec.europa.eu/environment/chemicals/adopting/adopting_intro.htm

⁷ http://www.europanostra.org/lang_en/index.html



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



5. Representação Permanente de Portugal junto da UE (REPER)

Patrícia Pincarilho - pop@reper-portugal.be

31.05.2006

-
- Importância de uma maior participação dos agentes culturais em Bruxelas.
 - Mecanismos de financiamento:
 - a) Programas Operacionais geridos a um nível nacional;
 - b) Programas geridos comunitariamente (multilateralmente).
 - Agentes devem centra-se no Cultura 2007 que durará 7 anos com uma nova forma de gestão (agência)
 - Pode o ponto nacional de contacto ser feito por privados? No momento é o Ministério da Cultura, Ana Silva que trabalha directamente com Helena Azevedo. Na opinião dos agentes culturais não funciona com eficácia.
 - O que é a REPER?
Representação permanente de Portugal junto da UE nas reuniões que o Conselho faz a 25.
 - a) identifica os interesses de Portugal e defende a posição oficial do país nos Conselhos;
 - b) acompanha o Parlamento em áreas de co-decisão (1 representante) informando e articulando-se com os parlamentares portugueses no que concerne a posição do governo português;
 - c) COREPER 1 e 2. Órgãos que, a nível de embaixador, preparam a reuniões de ministros nos vários domínios (nomear domínios).
Embaixador e número 2.
 - Cultura está dentro do domínio do "consenso" porque é um tópico que pertence à soberania de cada país. A cultura está integrada no Conselho da Cultura, Juventude e Educação. Reúne normalmente 3 vezes de modo formal em Fevereiro (normalmente sobre Juventude) e Maio (genérico) e no segundo semestre. Existem também Conselhos informais sem actas.
 - Comitês e o conceito de Comitologia: capacidade dos países poderem vetar projectos. Capacidade de influência a montante nos Comitês de gestão da Comissão, vem dos ministérios e é acompanhada por Lisboa. Coadjuvam a Comissão a executar um Programa. Na Cultura, o representante é a Lurdes Carvalho.
 - Problema metodológico nos comitês: dossiers extensos e pouca preparação de alguns representantes.
 - Ex.: Papel da REPER
 - a) No cultura 2000, a REPER tenta que o programa favoreça os interesses do seu país;
 - b) Faz lobby junto da Comissão.



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



- Propostas REPER: identificar os potenciais interessados (rede); divulgar o projecto.
- Resumo do Cultura 2007: orçamento proposto de 408 milhões de euros. Baseia-se no actual programa Cultura 2000 alargando, porém, o seu âmbito através de três objectivos, que se considera oferecerem um acentuado valor acrescentado europeu: 1. mobilidade transnacional para todos os que trabalham no sector cultural da UE; 2. circulação nacional das obras de arte e dos produtos culturais e artísticos; 3. diálogo intercultural.
- Proposta para os agentes culturais:
 - a) vir a Bruxelas "rondar as capelarias";
 - b) frente institucional - "lobby sobre os representantes portugueses" i.e. o Ministério da Cultura e a REPER;
 - c) contactar entidades congéneres noutros EM.
- Outros programas relevantes:
 - a) Poder local: Cidadãos para a Europa (2007-2013)
 - b) Geminações (de cidades e etwinning);
 - c) Diálogo intercultural (ano 2008). Provavelmente terá outra continuidade noutro formato após 2008.
- Sobre os parceiros: potenciar as presidências para a definição de parcerias menos tradicionais através da REPER; considerar interesses estratégicos do ponto de vista nacional; considerar interesses específicos de todos os sectores.
- Recomendação de consulta de documentos relativos às indústrias criativas.



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



6. Direcção Geral Política Regional

Joaquim Pinto da Silva

31.05.2006

- Vai enviar diapositivos por email e link para sítio e documentos.
- Recomendação de consulta do relatório do Augusto Mateus no sítio do Programa Operacional da Cultura (POC).
- Prevalência do direito comunitário sobre o direito nacional - as directivas e a sua transposição para o direito nacional.
- Programa Operacional da Cultura (POC). Museus e património foram áreas muito financiadas. Na prática, foi o Estado a financiar o Estado.
- Novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) - POC não estará no próximo QCA. Será gerido pelas Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR) e respectivos responsáveis pela Cultura e ministérios afectos. As CCDR reportam à Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional (DGDR).
- Discussão sobre a capacidade das CCDR para avaliar e decidir sobre os projectos uma vez que terão sido esvaziadas de capacidade de trabalho nos últimos tempos.
- Vão abrir candidaturas para alguns eixos (restam ainda verbas).
- Cerca de 17 500 funcionários da Comissão. Ao todo, nas 3 instituições, são cerca de 25 000.
- Apresentação de algumas instituições europeias: Comissão, Conselho, Parlamento, Tribunal de contas, Comité Económico e Social (CES), Comité das Regiões (CR), Provedor de Justiça ...
- A DGDR discutiu o POC mas não tomou decisões.
- O Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) são "separados" na próxima geração de fundos. Mantém-se também o Fundo de Coesão.
- Desenvolvimento da Política Regional no novo quadro (QREN). O Interreg tinha também uma componente cultural.
- Ainda não foram definidos os domínios de actuação dos dinheiros para a Cultura.



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



7. Cultura 2000

Margarida Gameiro - Margarida.Gameiro@ec.europa.eu
Chefe de gabinete adjunto Educação, Formação, Cultura e Multilinguismo
31.05.2006

- A Cultura está baseada no art. 151 - Base da acção e da cooperação baseada na unanimidade
- DG trata também art. 149 e 150 do Tratado - Cooperação entre responsáveis no que concerne Educação e Formação, baseada na maioria qualificada
- 18 Maio 2006 - acordo entre Ministros da Cultura - 408 milhões de euros para novo programa

Características novo programa – Cultura 2007

- mais aberto, mais completo, mais focalizado - "Unidade na diversidade".
- Objectivos: mobilidade transnacional para todos os que trabalham no sector cultural da UE; circulação nacional das obras de arte e dos produtos culturais e artísticos; diálogo intercultural.
- Processo de decisão - unanimidade; final será em Novembro. Antes da publicação do texto serão apresentadas as prioridades. Cf no sítio a partir de Setembro de 2006.
- Os formulários serão diferentes
- Orçamento de 2007 com início a Fev. de 2007. Projectos iniciam com contrato da Comissão.
- Ano Europeu do Diálogo intercultural - Acções para 2008 iniciam em 2007 com Presidência portuguesa (co-decisão).
- Cf Convenção para a promoção das expressões culturais das Nações Unidas - está em ratificação - os princípios são fundamentais.



Centro de Informação Europeia
Jacques Delors



8. European Forum for the Arts and Heritage (EFAH)

Ilona Kish, Secretária geral

01.06.2006

- Referência ao sítio Internet [www.efah.org] - 10 a 12.000 visitas mês
- Organização de lobby. Slogan "*Making culture matter*". Devem observar-se os movimentos de Lobby que resultam. Cf exemplo sobre o Lobby do Ambiente. Falam normalmente em uníssono a uma voz comum.
- O fórum foi fundado em 1992 no contexto do Tratado de Maastricht (art. 151)
- Parceria com a Fundação Cultural Europeia [<http://www.eurocult.org>]
- Actividades:
 - Consultoria e apoio no que concerne a política cultural da UE
 - Estudos e relatórios no contexto dos comités do PE
- Acções:
 - Campanhas. Ex.: "*70 cents for culture campaign*", lançada em 2005. AH no contexto do Ano Europeu do Diálogo intercultural. Lobby do diálogo interregional.
 - Divulgação de outras campanhas Ex.: www.act4europe.org
 - Contactos para melhorar a consciência sobre Cultura ...
- Na Cultura, há pouco dinheiro e pouca legislação.
- Sobre a discrepância no financiamento para a Cultura: Cultura 2007 versus Media (no contexto da Estratégia de Lisboa).
- Intervenção da EFAH no contexto do *mainstreaming* para a Cultura e do problema dos lobbies sectoriais. Exemplo da acção da EFAH no âmbito do Ano Europeu do Diálogo Intercultural e riscos de grande peso de lobbies sectoriais como o do diálogo inter-religioso.
- Para a UE, a Cultura está no âmbito da subsidiariedade e da bilateralidade.
- Outras áreas já comunitarizadas: direitos de autor, comércio electrónico etc.

